

UMA ETAPA PRETÉRITA

A passagem pelos acampamentos

Maria Cecília Manzoli Turatti *

ACAMPAR É PRECISO

A constituição de um assentamento de trabalhadores rurais ocorre, via de regra, após árdua e longeva batalha empreendida por centenas de famílias que, destituídas de meios de produção e assoladas pelo crescente desemprego, embarcam na luta pela terra no bojo de movimentos sociais organizados, dentre os quais ganha destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Frente ao descaso e insensibilidade dos governos instituídos, que não apresentam políticas sérias e amplas de fixação do homem no campo - menos ainda de subsídios para o processo produtivo daí decorrente -, os trabalhadores sem terra vêm-se impelidos a "forçar" os mandatários das políticas públicas a enxergá-los e moverem-se - ainda que a passadas de tartaruga velha. E os trabalhadores assim o fazem por meio das ocupações de terras improdutivas, adentrando fazendas nas quais o horizonte se perde antes que possamos avistar um só pé de planta disputando espaço com a meia dúzia de reses que, inocentemente, coadjuvam a farsa de que a gleba é socialmente útil.

Sobre a terra desejada, os sem terra desfraldam suas bandeiras e lonas. Armam seus barracos, acomodam seus poucos pertences. Não raro são constrangidos policialmente a abandonar a ocupação, não uma, mas duas, três, inúmeras vezes.



Foto: Luiza A. Nasser

Instalam-se então nas rodovias e estradas vicinais próximas, **alardeando sua condição, publicizando sua luta**. Neste vai-e-vem de ocupações, passam-se muitas vezes anos até que o local pretendido seja declarado um assentamento, primeiro provisório - classificação que já consome mais alguns anos até a regularização e organização definitivas.

Enquanto não se alcança o assentamento, homens, mulheres e crianças acampadas viverão em estado de excessiva precariedade material, valendo-se de doações e das poucas cestas básicas, com alimentos de péssima qualidade, enviadas sem regularidade por burlescos programas oficiais de solidariedade comunitária.

O presente artigo busca demonstrar, a partir de considerações de ordem antropológica, a peculiaridade de inscrição dos sujeitos acampados na ordem social, de-

monstrando a situação de passagem a que estão submetidos, imersos num processo histórico de luta cujo objetivo final é ascender a uma condição identitária positiva, ou seja, abandonar a identificação que se concebe pela ausência - *o acampado sem terra* - em prol de um novo estatuto - *o assentado com terra*. O acampamento, portanto, situa-se no campo do *vir-a-ser*, como uma promessa futura de condições dignas de vida. Os acampados, por sua vez, oriundos das camadas subalternas expropriadas da terra com ferocidade - principalmente a partir da década de 50 do século XX -, entram em choque com os novos valores advogados pelos movimentos sociais, aprofundando sua já confusa identificação entre o mundo rural e o urbano¹.

**ACAMPAMENTOS
E ASSENTAMENTOS**

Por carregar esta condição de transitividade, lançado na indefinição, o acampamento apresenta características muito peculiares de estabelecimento e existência. A flexibilidade de ocupação de espaços territoriais, a convivência de pessoas que não compartilham nenhum vínculo pregresso de memória, tradição ou sociabilidade, o ócio apenas rompido pelas tarefas cumpridas na organização do acampamento ou na realização de tarefas domésticas básicas, são algumas das situações inscritas na realidade de um acampamento e que, sem dúvida, concedem-lhe uma atipicidade frente às formações sociais tradicionais do meio rural brasileiro. Segundo a definição de Eliane S. Rapchan (1993:30): "(...) o acampamento é a situação transitória, emergencial do grupo e implica ações de arrecadação de alimentos, roupas, ajuda financeira e remédios, busca de apoio logístico e político, mobilização da imprensa e da opinião pública, negociação com o Estado e com outros interessados com vistas a atingir o assentamento. Este, condição mais estável tanto política e econômica, quanto juridicamente". As distinções entre acampamentos e assentamentos provêm de várias ordens, mas as que julgamos definidoras de uma e outra configuração social são apresentadas resumidamente no quadro comparativo que se segue.

Quadro comparativo entre acampamentos e assentamentos

Aspectos	Assentamentos	Acampamentos
Território	<i>Fixo e determinado (individual e coletivamente)</i>	<i>Provisório e indefinido (individual e coletivamente)</i>
Atividades produtivas	<i>Constantes, baseadas na posse de terra e desenvolvimento da agricultura, com vistas à obtenção de renda.</i>	<i>Escassas, compreendendo a manutenção do acampamento e ocasionais serviços assalariados para terceiros.</i>
Sociabilidade	<i>Similar à dos bairros rurais tradicionais, ainda que em processo constante de consolidação.</i>	<i>Calcada na "economia de guerra"; solidariedade entrecortada pela prevalência das garantias individuais.</i>
Relação com o MST	<i>Independência relativa, variando de acordo com o grau de controle que o movimento exerce sobre a atividade produtiva e sua organização.</i>	<i>Dependência absoluta, tanto para a sobrevivência material quanto para o êxito na obtenção de terras.</i>
Condição jurídica	<i>Legal</i>	<i>Ilegal</i>

Um **assentamento rural** é um *organismo social fixo*, isto é, possui território definido, organização político-social estruturada e, principalmente, dispõe de uma realidade produtiva, o que o torna, de fato, um tipo peculiar de unidade social integrada ao meio rural brasileiro e, não por acaso, muitos estudos sócio-agrícolas têm concentrado seus esforços, a partir de meados da década de 80 do século XX, neste *locus* específico. O assentamento rural possibilita estudos que, além do histórico de sua formação, bem como as relações sociais engendradas nesta forma de organização social no campo, podem captar diretamente o impacto político-econômico da estruturação de um assentamento rural, seja em âmbito regional, seja em sua significação nacional.

Nesta dupla via de interpretação, podemos vislumbrar problemáticas de interesse sócio-econômico das mais distintas

ordens. Em um aspecto mais particularizado, referente a análises das formas de produção, constituem elementos importantes para a investigação: 1) formas de divisão da gleba adquirida, ou seja, a observância dos critérios do INCRA ou a substituição extra-oficial destes por preceitos internos adotados pelo próprio MST para a fixação do grupo na terra; 2) o regime jurídico imposto sobre a posse e a propriedade da terra, mormente no que diz respeito à predominância do direito individual sobre o coletivo ou o seu contrário, e as conseqüentes implicações sobre as formas organizacionais e produtivas então estabelecidas; 3) a implantação de um sistema cooperativo no processo de produção e as numerosas formas das quais ele pode se revestir, bem como os impasses que porventura possam emergir desse empreendimento; 4) a pequena propriedade familiar e sua capacidade satisfatória de sobrevivência econômica e 5) vias de acesso ao crédito agrícola: exigências dos órgãos financiadores e limitações do cumprimento destes por parte dos assentados e as possibilidades de auto-sustentação dos assentamentos;

Embora fosse possível acrescentar outros inúmeros pontos a esta listagem - um em especial, sob pena de cometer uma injustiça caso não o enumerasse, é o fato de que, em geral, os pesquisadores de assentamen-

tos também se preocupam com a dimensão sociocultural da temática abordada - é imprescindível finalizá-la de outra forma, isto é, tratando do principal fator condicionante da primazia pelo estudo dos assentamentos: a dimensão político-econômica.

Os assentamentos representam um termômetro do crescimento vitorioso do MST. Não basta espalhar milhares de famílias pelo país inteiro, sob lonas e bandeiras, sem atingir o objetivo final: trabalhar a terra, produzir. Pois é justamente na experiência da produção que se encontra a munção técnica para "atacar" ou "defender" o MST ou, numa postura mais "sobre o muro" - tão cara à apregoada 'neutralidade científica' - simplesmente analisar a questão agrária sob as bases racionalistas da economia agrícola.

Em meio à ênfase no estudo dos assentamentos, pouco se fala sobre os **acampamentos**. Neles, um novo processo de construção de sociabilidade se inicia. É o momento-chave da passagem para a condição *ser sem-terra*, para um estilo de vida coletivo que engendra solidariedade e conflito ao mesmo tempo.

Se, por um lado, os movimentos crescem em número de adeptos a cada dia, pois homens e mulheres são empurrados pelo desemprego rural e urbano para uma nova aposta de atingir condições de produzir e

reproduzir material e socialmente a sua existência, na outra mão temos a realidade árdua da vida em um acampamento: em condições precárias, em meio a um ambiente estranho, sob ordens de lideranças arbitrariamente impostas pelo MST, as famílias de sem-terra enfrentam a itinerância das ocupações e despejos, esperando o momento da fixação definitiva na terra que lhes garantirá a vida.

É possível, então, vislumbrar no acampamento os preâmbulos de um novo tipo de organização social, revestida mais de ausências que de elementos de identificação positiva, portadora de uma fragilidade coesiva suscetível a uma gama variada de conflitos. O trabalho de gestação de uma coletividade, a preparação de um grupo social que é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto político, as ideologias e as práticas levadas a cabo por líderes e liderados no seio de um movimento popular que se pretende mais do que ser apenas um aglomerado de despossuídos em busca de um "cantinho de chão"; tais são as matrizes de investigação que emergem dos acampamentos, cuja importância parece ter sido relegada a segundo plano.

UM MOMENTO DE PASSAGEM

Poucas coisas parecem mais complexas que o estudo de realidades transitórias. Todavia, a importância das situações liminares é absolutamente reconhecida, em se tratando de uma *passagem* que carrega o *ethos* do tempo pregresso e convive com as transformações preparatórias rumo ao tempo futuro. É neste meio do caminho que se inscreve a existência de um acampamento de trabalhadores rurais sem terra. Em seu estudo sobre os ritos de passagem, Arnold van Gennep (1969) decompõe esses ritos em preliminares (de separação), liminares (margem) e pós-liminares (agregação). O acampamento poderia ser situado nesse estado de **liminaridade**, configurado por uma etapa em que os acampados foram separados de seu universo social anterior e cumprem normas rituais que os qualificam para uma agregação social futura com características de estabilidade.

Valendo-se desse esquema proposto por Gennep, Victor Turner (1974) desenvolve o conceito de *liminaridade*, apresen-

tando uma série de propriedades concernentes ao estado liminar, tais como homogeneidade, igualdade, anonimia, ausência de propriedade material, etc. Todas apontam para o nivelamento social daqueles que se encontram no interstício do processo ritual, o que nos remete à imagem dos trabalhadores sem terra nos acampamentos. Todavia, é no conceito de *communitas*, também fornecido por Turner (op.cit.:118-119), que encontramos a melhor tradução para um acampamento em suas dimensões liminares: "*É como se houvesse (...) dois modelos principais de correlacionamento humano, justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e freqüentemente hierárquico de posições político-jurídico-econômicas, com muitos tipos de avaliação, separando os homens de acordo com as noções de "mais" ou de "menos". O segundo [a communitas], que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como um "comitatus" não estruturado ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo uma comunhão de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais*".

A *communitas* dos acampados se contrapõe à sociedade global ao mesmo tempo em que eles objetivam, futuramente, uma re-inclusão nessa mesma sociedade, alçados a um novo *status*. Para tanto, submetem-se à autoridade dos líderes do movimento social, que personificam o poder ritual de condução deste processo.

Desta forma, os acampamentos podem ser tomados como o **momento intersticial** de uma multiplicidade de processos. Para o MST, dentro de sua lógica interna, o acampamento configura a materialização de uma ação rebelde, a ocupação de uma terra desejada. Estabelecer-se nessa terra com um grupo de pessoas egressas de discussões de convencimento mas, principalmente, pessoas que apostam nessa luta porque não têm mais nada a perder, significa para o MST a conformação de um "exército" apto a servir como instrumento de pressão, enquanto se prepara para de fato transformar-se num grupo social comunitário, compartilhando valores

identitários e laços de solidariedade, ratificados pela futura posse e produção da terra. O acampamento é a passagem que poderíamos considerar **adaptatória** para um grupo que em breve se transformará em grupo de vizinhança permanente. Para os acampados, representa receber uma nova condição, a de ser **sem-terra**, significada no interior dessa coletividade inédita a que eles passam a pertencer. É o momento de re-significar valores, moldando-se à nova realidade, aprofundando-se na nova tarefa de enfrentamento com o poder estabelecido e construindo expectativas para a estabilidade que virá.

CAMPONÊS OU PROLETÁRIO?

No período de acampamento, há também uma necessidade de que o grupo sintase, de fato, parte do MST. O projeto de produção da terra que o movimento advoga necessita que haja disposição, por parte dos recém-assentados, de conformarem uma cooperativa, que por sua vez será administrada com base em um projeto modernizador das relações de produção no meio rural. Isso significa uma alteração marcante com relação à forma tradicional de cultivar a terra, além de chocar-se com alguns valores tradicionais do patrimônio. Parece, à primeira vista, que em se tratando de coletivizar o trabalho, os sem-terra consideram haver uma grande diferença entre ser sócio de uma cota da cooperativa e trabalhar cantando nos antigos mutirões².

Este tema da transformação ou substituição de antigos valores camponeses em novos valores impressos no grupo pelo MST estaria meio deslocado se fosse tomado *ipsis literis*, mas neste caso, justificase pela contextualização da trajetória dos acampados. No Estado de São Paulo, a grande maioria das pessoas que vão para o movimento já tiveram uma experiência urbana. Embora sua origem seja rural, quase todos já trabalharam nas cidades ou nelas residiram enquanto trabalhavam como bóia-frias.

Geralmente, há uma intercalação de atividades, regida pelo calendário de trabalho temporário. Nas épocas de colheita, mesmo morando nas periferias das cidades, os agora sem-terra trabalhavam na roça. Quando o trabalho rural findava, bus-

cavam algum posto na cidade, geralmente em tarefas domésticas, no caso das mulheres, e na construção civil, para os homens.

Vê-se, portanto, que os sem-terra paulistas possuem uma matriz de significados, um *ethos* próprio carregado de uma miscelânea de referências rurais e urbanas que não permite que sejam tratados, por exemplo, como camponeses tradicionais. Além disso, os sem-terra acampados estão longe de preencher os requisitos que poderiam afiançá-los como detentores de uma cultura camponesa em suas definições mais clássicas³.

Em relação à experiência urbana dos acampados, pode-se dizer que ela é, muitas vezes, significativamente ambígua. Por um lado, o **trabalho** nas cidades é negativamente concebido, remetendo à falta de liberdade, à competição acirrada por uma ocupação, à impossibilidade de amealhar um patrimônio devido aos baixos salários. Contrasta, então, com a valorização do trabalho agrícola independente que, se não vier a proporcionar lucro e prosperidade, ao menos garantirá a subsistência. Em outra mão, o **viver** na cidade é tomado pelos acampados como uma condição idealizada, pois eles se colocam no papel de consumidores de um estilo de vida moderno. Muitos lamentam os bens de consumo (aparelhos de som, televisão, fogão, geladeira, etc.) adquiridos e perdidos no processo de triunfo e queda proporcionados pela estadia nas cidades. Neste ponto, confundem-se os anseios básicos de sobrevivência e os deslumbramentos do consumo, e o 'fantasma' da vida pauperizada no campo assusta⁴.

Fundamentalmente, o complexo emaranhado de interpretações sobre a vida rural e a urbana é fruto da variedade de migrações⁵ e conseqüentes mudanças de ocupação por que passaram esses acampados, bem como de sua incorporação tangencial ao mercado consumidor. As idas e vindas entre cidades e estados diferentes, os sucessivos e descontínuos empregos rurais e urbanos, desencadeiam um desapego a valores únicos e solidificados, gestando um *ethos* específico, incapaz de se enquadrar na tradição camponesa ou na caracterização clássica do proletariado moderno.

Ademais, a lembrança do modo de vida no campo não se configura como nostal-

gia positiva, pois muitos dos acampados a vivenciaram já sob o jugo do dono da terra, se não apenas a conhecem pelos relatos de seus pais e avós. A cidade, por sua vez, não os integrou em sua classe média assalariada; ao contrário, lançou-os aos setores mais baixos e desprezados do processo produtivo e/ou à economia informal. Ainda assim, incutiu em seu imaginário o desejo de obter o *status* de cidadão-consumidor, condição à qual o estabelecimento no meio rural poderia impedi-los de atingir, daí um certo receio em tornar-se "homens do campo".

Essa **indefinição identitária, expressão da liminaridade, é a marca dos acampados**, que, provisoriamente, fazem uso da condição de sem-terra, contentando-se em reconhecerem-se como parte de um grupo, estranho aos seus valores subjetivos, mas plenamente aceitável frente ao estado de marginalidade em que vivem. Buscando melhores meios materiais de garantir sua sobrevivência, buscam também uma redefinição de seu estatuto dentro da e perante a sociedade.

* **Maria Cecília Manzoli Turatti é Doutoranda em Antropologia Social pela USP.**

NOTAS

1. É mister ressaltar que as considerações aqui elencadas são desdobramentos de pesquisa realizada em acampamentos coordenados pelo MST no Estado de São Paulo entre os anos de 1994 e 1998, sistematizada em dissertação de mestrado defendida em 1999. Assim, frisamos que as análises ora apresentadas fazem referência única à realidade deste movimento social específico – MST – e de sua atuação no Estado de São Paulo (Turatti, 1999).

2. Vejamos, ainda que superficialmente, as diferentes sociabilidades subjacentes a estes dois tipos de trabalho coletivo. Nas palavras de Antônio Cândido (1987:68), o **mutirão** "consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho (...). Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram". Em Zander Navarro (1995:38), encontramos as seguintes afirmações sobre uma **cooperativa**: "(...) é exatamente o caso (...) de saídas da cooperativa acompanhadas de conflitos de longa duração e que, não raro acabaram por gerar processos judiciais. Neste caso, os que saem não assumem seus compromissos – por exemplo, suas responsabilidades proporcionais no perfil da dívida da cooperativa – enquanto a pendência não for resolvida, seja por negociações diretas, seja por

via judicial".

3. Antônio Cândido (op. cit.:83), por exemplo, apresenta os seguintes aspectos como característicos da 'cultura caipira': "1) isolamento; 2) posse de terras; 3) trabalho doméstico; 4) auxílio vicinal; 5) disponibilidade de terras; 6) margem de lazer". Sobre a definição clássica de campesinato na antropologia, v. Crossan (1994), especialmente o capítulo 7. Note-se que o MST não utiliza o termo "camponês sem-terra" em sua autodenominação, substituindo-o por um conceito moderno-burguês: trabalhador.

4. O estereótipo da "pauperização" da vida no meio rural brasileiro pode ser encontrado, por exemplo, encarnado no personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu, ignorante e sempre adoentado, vivendo em condições de 'atraso absoluto'. E, embora possa, por outro lado, haver um certo apelo idílico ao tratar-se do modo de vida camponês, caracterizando o homem do campo pela sua integração com a natureza, pela displicência frente às categorias modernas de excedente e lucro, há de se levar em conta que, em muitos rincões do país, o homem do campo vive em condições precárias, abaixo da linha de subsistência. ao mesmo tempo que pequenos produtores de diversas regiões do país (região Sul, certas áreas do interior paulista e sul de Minas Gerais, por exemplo), firmaram-se na condição de consumidores e integram-se cada vez mais ao modo de vida urbano-capitalista.

5. Em geral, os acampados são migrantes "inveterados". Raramente encontra-se casos de uma única migração anterior ao ingresso no MST. Infelizmente, não há ainda uma pesquisa sobre fluxos migratórios que contemple os diversos pontos de seção entre o início e o momento atual da trajetória. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo tem corrigido estes dados nos últimos dois anos, a partir da realização de cadastros nos acampamentos, mas não há trabalhos de sistematização em vista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÂNDIDO, Antônio
(1987) *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria Duas Cidades (7ª ed.).
- CROSSAN, John D.
(1994) *O Jesus Histórico – a vida de um camponês judeu do mediterrâneo*, Rio de Janeiro, Imago, (2ª ed.).
- GENNEP, Arnold van
(1969) *Les Rites de Passage*. Paris, Mouton & Co and Maison des Sciences de l'Homme.
- NAVARRO, Zander
(1995). "Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento 'Nova Ramada' Paper apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG.
- RAPCHAN, Eliane S.
(1993) *De Identidades e Pessoas: um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- TURATTI, Maria Cecília M.
(1999) *Os Filhos da Lona Preta – notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- TURNER, Victor W.
(1974) *O Processo Ritual*. Petrópolis, Vozes.